

Moção 1. Defesa dos agricultores tradicionais e da conservação da diversidade agrícola que praticam

- A Associação Brasileira de Antropologia vem manifestar sua preocupação sobre o futuro das agriculturas familiares, indígenas e quilombolas, responsáveis pela seleção e conservação da maior parte dos recursos fitogenéticos cultivados no país. São sistemas agrícolas cujas origens remontam a vários séculos ou milênios e que mostraram uma forte capacidade global de resiliência. Quando as condições de acesso à terra estão reunidas, asseguram a autonomia alimentar desses povos, são compatíveis com a manutenção dos serviços ecossistêmicos das áreas sob cultivo, em particular no que se refere à qualidade das águas e dos solos. Constituídos por saberes e práticas, são uma forma de expressão da diversidade cultural do país. Trata-se de um bem de dimensões tanto produtivas quanto culturais. A diversidade das agriculturas do país é de importância estratégica para responder às novas demandas oriundas das mudanças climáticas..
- Reconhecemos que há hoje uma crescente demanda de acesso à alimentação mas nos preocupamos com as perspectivas e ações do Estado sobre a “modernização” dessas agriculturas. Os efeitos da primeira Revolução Verde sobre a perda da diversidade de recursos genéticos já foram amplamente denunciados. Reconhecer a importância dos direitos costumeiros e tradicionais (entendidos como um conjunto de normas, conceitos, saberes e formas de fazer) no campo da agricultura, abrir um diálogo simétrico entre saberes locais e saberes científicos, promover a complementaridade entre os dispositivos locais de conservação dos recursos genéticos e os dispositivos nacionais deve nortear as políticas voltadas para as agriculturas tradicionais. Garantir a existência e a adaptabilidade desses sistemas agrícolas é de interesse local e nacional.
- Destacamos ainda a necessidade de que os Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente cumpram efetivamente os compromissos assumidos pelo Brasil quando ratificou o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura, da FAO, no sentido de: 1) promover e apoiar os agricultores e as comunidades locais em seus esforços de manejo e conservação on farm (local) da agrobiodiversidade, 2) fortalecer a pesquisa que promove e conserva a agrobiodiversidade maximizando a variação intra e inter-específica da agrobiodiversidade em benefício dos agricultores e comunidades locais; 3) implementar os direitos dos agricultores sobre os seus conhecimentos tradicionais associados à agrobiodiversidade, à participação na repartição de benefícios derivados da utilização da agrobiodiversidade e à participação na tomada de decisões, em nível nacional e local, sobre quaisquer políticas públicas que tenham impacto sobre a conservação e o uso sustentável da agrobiodiversidade.
- Proponentes: Manuela Carneiro da Cunha
- Mauro Barbosa de Almeida